



MAPS assessment of  
**ANGOLA**

20 June 2024  
15h00 CET

*Findings and  
Recommendations*







# Welcome

**Nicolas Penagos**, Head of the MAPS  
Secretariat





# Opening remarks

**Oswaldo Ngoloimwe**, Director, SNCP  
**Ashraf Ayad**, Procurement Manager, AfDB





# Findings and recommendations of the MAPS assessment

**Amilcar Bilale**, Team Leader, AfDB

**João de Almeida**, Procurement Lawyer

**Tiago Leite**, Procurement Consultant





# Launch webinar - ANGOLA

Methodology for Assessing Procurement Systems



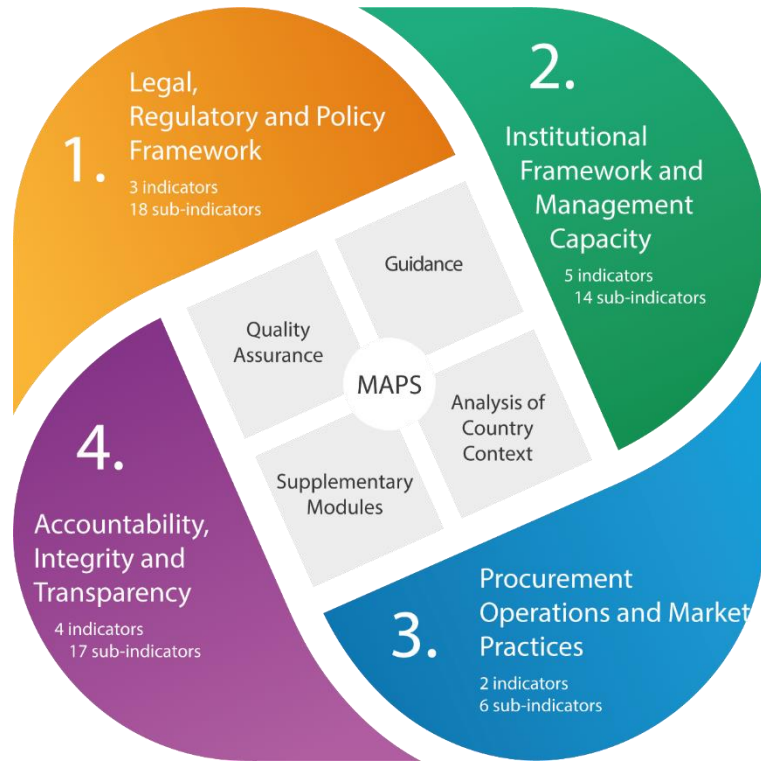


# Context

- Angola has been actively developing its legal and regulatory framework for public procurement since 2010.
  - Enactment of new procurement laws in 2010, 2016, and 2020
  - Establishment of the National Public Procurement Service (SNCP) for oversight.
  - The e-procurement system was piloted in 2018, with ongoing expansion efforts.
- The MAPS assessment aims to strengthen the procurement system and align it with global standards.
- The assessment was a collaborative effort between the Angolan government, AfDB, AFD and other partners.
- The core assessment was combined with the first Sector Level Assessment (SLA) worldwide, which was done for the Health Sector.



# MAPS assesses the system using the MAPS core methodology

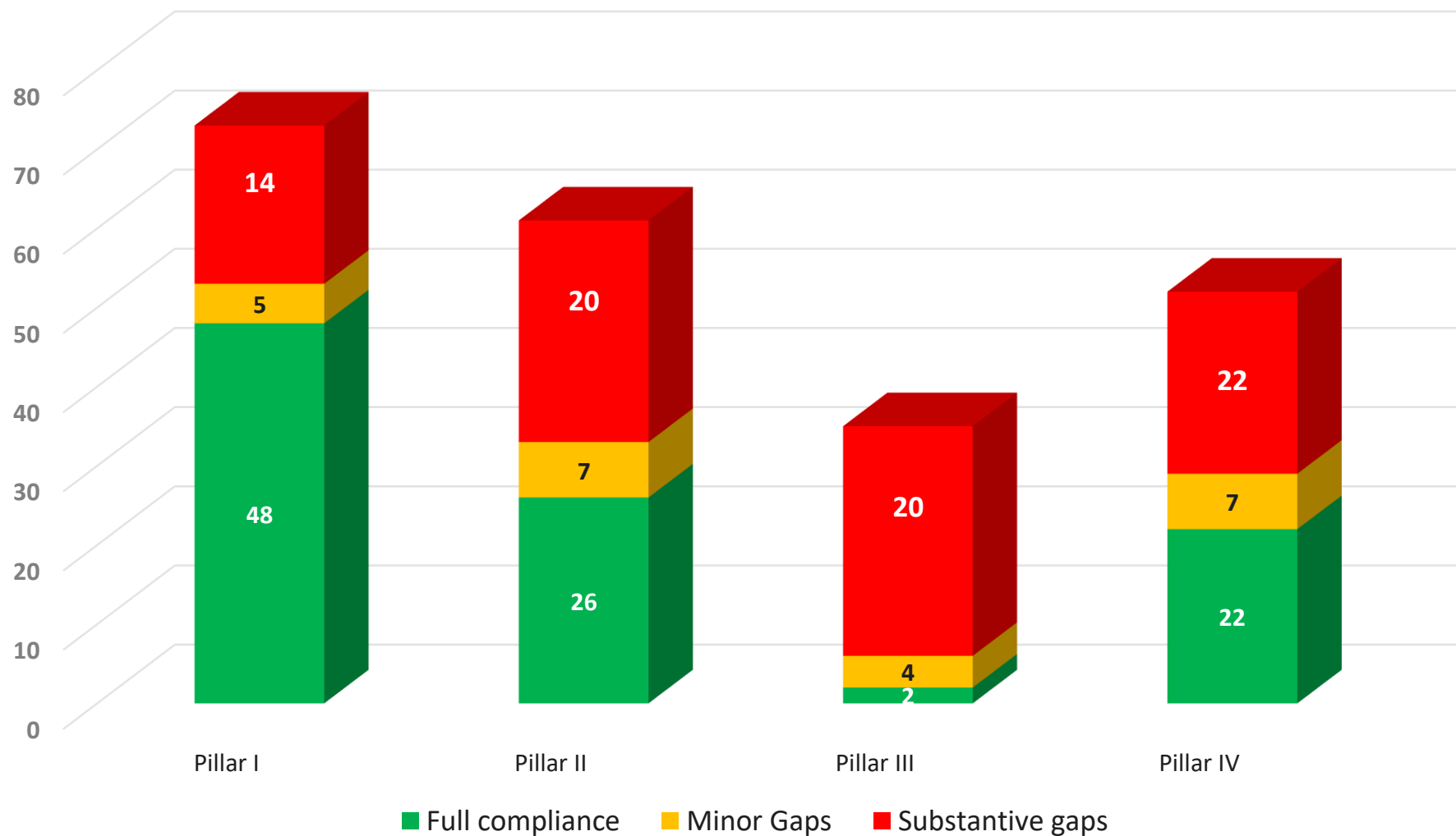


- Four “pillars”
  - 14 Indicators
  - 55 Sub-indicators
- 210 Assessment criteria
  - Qualitative
  - Quantitative

*197 were assessed*



# Overview of Compliance







# Pillar I: Main Findings and Recommendations

- Comprehensive legal and regulatory framework with a clear hierarchy of laws and aligned with international best practices.
- Adequate transparency in advertising procurement opportunities.
- Absence of a national sustainable public procurement strategy.
- Develop a national sustainable public procurement strategy.
- Mandatory use of standard procurement documents and enhanced model contracts.
- Improve access to legal texts and publish them in user-friendly formats.



## Pillar II: Main Findings and Recommendations

- Well-defined framework for procuring entities with designated responsibilities.
- SNCP lacks independence as an administrative authority, limiting its effectiveness.
- Low uptake of the e-procurement system, hindering efficiency and transparency.
- Data collection remains largely manual, affecting monitoring and analysis.
- Grant SNCP the status of an independent administrative authority.
- Enhance and fully deploy the e-procurement system, including the contract management module.
- Establish a centralized procurement function for consolidated procurement and framework agreements.
- Develop a comprehensive framework for the public procurement profession, including clear career paths and qualifications.





# Pillar III: Main Findings and Recommendations

- Needs analysis and market research are not consistently conducted.
- Procurement processes lack transparency, with incomplete records and unpublished contract awards.
- Delays in contract implementation, particularly in works contracts.
- Excessive use of Direct Contracting and inaccurate recording of contract amendments.
- Develop guidelines for market research and utilize the e-GP system for procurement planning.
- Enhance transparency by publishing contract awards and ensuring complete records.
- Develop stricter guidelines for Direct Contracting, ensuring transparency and accountability through mandatory reporting and justification



## Pillar IV: Main Findings and Recommendations

- Limited civil society engagement in public procurement.
- Lack of information on beneficial ownership, hindering transparency.
- Lack of an independent appeals body, relying instead on hierarchical reviews and court appeals, but there is a notable absence of court rulings on public procurement disputes
- Need for improved mechanisms to identify and mitigate governance risks.
- Promote civil society engagement through training, consultations, and open data standards.
- Include provisions for beneficial ownership disclosure in the legal framework.
- Assess the reasons for the lack of court cases and explore creating an independent review body.
- Enhance transparency by publishing audit reports, court decisions, and corruption-related statistics.



# Health Sector Assessment: Main Findings and Recommendations

- There are no specific regulations or documents for public procurement in the health sector.
- The Regulatory Agency for Medicines and Health Technologies (ARMED) sets technical standards, but there are concerns about inadequate supervision and enforcement.
- The Ministry of Health and SNCP could develop sector-specific procurement models to further optimize processes.
- Effective mechanisms should be implemented to monitor and enforce technical standards to avoid constraints in procurement procedures.





# Lessons learned

- Increased Dialogue: The assessment provided a privileged opportunity to foster dialogue between the stakeholders involved in public procurement, both amongst stakeholders within the country and between the Government and development partners.
- Prioritize sampling and data collection in countries without end-to-end e-GPS, potentially extending the timeline and incorporating an interim mission if online data sources are inadequate.
- Online follow-up meetings to supplement in-person missions
- SLA Module: The concurrent assessment approach was efficient, but the lack of sector-specific regulations led to repetitive findings, highlighting the need for tailored guidelines in Angola's health sector procurement.

# The way forward

Aldmiro Matoso, Deputy Director, SNCP



# **PLANO ESTRATÉGICO DA CONTRATAÇÃO PÚBLICA ANGOLANA 2023-2027 (PECPA)**

Methodology for Assessing Procurement Systems







# Enquadramento

- O PECPA 2023 – 2027 surge na sequência das observações e dos diagnósticos às acções do mercado da Contratação Pública, levados a cabo pelo SNCP e outras entidades, incluindo consultores e entidades independentes internacionais, através da avaliação aos Sistemas de Gestão das Finanças Públicas (PEFA) e do Sistema de Compras Públicas (MAPS), de 2019 a 2023.
- Visa apresentar medidas susceptíveis de suprir as insuficiências e desconformidades detectadas aquando das avaliações realizadas, com a finalidade de melhorar o funcionamento do sistema de contratação pública nacional, garantindo maior transparência e estimular a concorrência, visando obter para o Estado o best value for money.





# Pilar I: Quadro Legal e Regulatório

## O.E 1.1 Adequar o quadro legislativo e regulatório da contratação pública às boas práticas internacionais

- Regulamento sobre a **Constituição, Organização e Funcionamento das Centrais de Compras**;
- Actualização do **Regulamento sobre Funcionamento do Sistema Nacional de Contratação Pública Electrónica**;
- Regulamento sobre os Serviços Provinciais do SNCP.

## O.E 1.3 Regular sobre a Estratégia Nacional de Sustentabilidade

- **Definir um roteiro de sustentabilidade ambiental** na contratação pública;
- **Adopção de sustentabilidade ambiental** na contratação pública em **2 (dois) sectores pilotos**.

## O.E 1.2 Definir a Política Nacional de Contratação Pública Sustentável

- Elaborar a **Estratégia Nacional de Contratação Pública Sustentável** (que inclua um plano de acção e um roteiro, contendo objectivos específicos, mensuráveis, realizáveis, relevantes e calendarizados).

## O.E 1.4 Monitorizar o Mercado

- Criar Modelos de Contratos de Obras Complexas (Edificações e Obras de Engenharia), de acordo com as boas práticas internacionais;
- **Monitorização da utilização dos Modelos de Peças de Procedimentos e Contratos**.





# Pilar II: Quadro Institucional e Capacidade de Gestão

## O.E 2.1 Publicar os recursos e as decisões sobre Contratação Pública

- **Publicar Informações estatísticas sobre recursos administrativos das decisões** sobre Contratação Pública;
- Construir uma **Base de Dados específica para jurisprudência** (recursos administrativos, recursos judiciais e decisões arbitrais sobre Contratação Pública).

## O.E 2.3 Expandir o Sistema Nacional de Contratação Pública Electrónica

- **Expansão do SGC** em 100% das Unidades Orçamentais;
- **Implementar o Sistema Nacional de Contratação Pública Electrónica** em 100% das Unidades Orçamentais.

## O.E 2.2 Restruturar e Criar Centrais de Compras

- Realizar **Visitas de benchmarking** sobre a **Estrutura e Funcionamento das Centrais de Compras**;
- **Criar Entidades para a centralização de compras transversal e sectoriais**

## O.E 2.4 Publicar os Planos Anuais de Contratação

- **Publicar os Planos Anuais de Contratação** pelas Unidades Orçamentais.





# Pilar II: Quadro Institucional e Capacidade de Gestão

## O.E 2.5 Capacitação do Mercado da Contratação Pública

- Definir o **Perfil do Comprador Público** como carreira na Administração Pública;
- Elaborar o **Programa Avançado para a profissionalização** da carreira de contratação pública;
- Implementar o Programa Avançado para a profissionalização da carreira de contratação pública, com vista a sua certificação;
- **Capacitar, anualmente, os quadros do Sector da Saúde** responsáveis pela Contratação Pública;
- **Capacitar os Fornecedores do Estado.**

## O.E 2.6 Operacionalizar Unidades de Contratação Pública

- Garantir a **comunicação eficiente** com as UCP;
- Realizar **Encontros Nacionais e regionais Metodológicos**;
- **Visitas de Acompanhamentos** às UCP;
- Garantir a **Implementação das UCP a nível nacional.**

## O.E 2.7 Implementar os Serviços de Contratação Pública a Nível Local

- Regular os serviços a nível Local do SNCP;
- Implementar os Serviços de Contratação Pública a nível Local.



# Pilar III: Quadro Institucional e Capacidade de Gestão

## O.E 3.1 Fortalecer a Imagem Institucional

- Elaborar o Plano de Comunicação para a Sociedade Civil (Realizar 10 eventos para a sociedade);
- Realizar o Concursos de Saber “Eu Conheço Contratação Pública”;
- Implementar Programa educativo para os órgãos de comunicação social.

## O.E 3.3 Desenvolver um plano de arrecadação de receitas

- Arrecadar **Receitas via Certificados do Fornecedor**;
- Arrecadar **Receitas via Coimas**;
- Arrecadar **Receitas via Cauções**.

## O.E 3.2 Publicar os Dados Estatísticos sobre Contratação Pública no Portal de Compras Públicas

- **Publicar os Dados Estatísticos** sobre os Procedimentos de Contratação Pública no **Portal da Contratação Pública**;
- **Desenvolver o Power BI para a divulgação dos Dados Estatísticos** sobre a Contratação Pública Angolana no Portal da Contratação Pública.

## O.E 3.4 Implementar os Serviços de Contratação Pública a Nível Local

- Desenvolver uma **ferramenta para a Avaliação de Desempenho dos Fornecedores do Estado**;
- Acompanhar o Processo de Avaliação de Desempenho dos Fornecedores do Estado.



# Pilar III: Quadro Institucional e Capacidade de Gestão

## O.E 3.5 Implementar o Centro de Resoluções Alternativas de Disputa em Contratação Pública

- Implementar o **Centro de Resoluções Alternativas de Disputa em Contratação Pública**;
- Elaborar o Estudo sobre a possibilidade de recurso à arbitragem à fase pré-contratual (contratos de obras, aquisição de bens e serviços).

## O.E 3.6 Criar uma Base de Dados de Preços de Referência

- Desenvolver uma solução tecnológica para a **Base de Dados de Preços de Referência**.
- Desenvolver uma Base de Dados de Preços de Referência para Bens de Consumo Correntes;
- Desenvolver uma Base de Dados de Preços de Referência para Bens Consumo Informático.





# Pilar III: Integridade e Transparência do Sistema

## O.E 4.1 Desenvolver uma ferramenta de gestão das supervisões e das auditorias

- Desenhar a Arquitectura informacional **da ferramenta de gestão das supervisões e das auditorias**;
- Desenvolver a Ferramenta de gestão das supervisões e das auditorias.

## O.E 4.3 Criar Processos de Tratamento de Denúncias

- **Criar canal de denúncias** no Portal da Contratação Pública;
- Publicar os Relatório Anuais de denúncias no Portal da Contratação Pública.

## O.E 4.2 Criar Mecanismos de Controlo Interno da Contratação Pública

- **Realizar anualmente Acções de Auditoria** de conformidade;
- **Publicar os Relatório Anuais das Acções de Auditoria** de conformidade e financeira, **com a menção das EPC auditadas. no Portal da Contratação Pública**;
- **Preenchimento da Declaração de Bens Rendimentos** para todos os funcionários envolvidos na formação e execução de Contratos Públicos.

## O.E 4.4 Realizar eventos

- Realizar eventos de partilha de informação e de experiências de regulação de processos de contratação.



# Análise das Práticas Internacionais



Nigéria



Quênia



Ruanda



Moçambique



Cabo Verde



Chile



Brasil



Portugal



# Execução e Acompanhamento

As rotinas para a monitorização da implementação da estratégia serão as seguintes:

- **Mensalmente:** mediante a introdução da avaliação e de monitorização do PECPA nas reuniões mensais do SNCP;
- **Trimestralmente:** através da emissão de relatórios de progresso do plano, com recomendações que devam ser executadas de imediato;
- **Anualmente:** realizando revisões do plano e da estratégia, que consistem numa análise detalhada e eventuais ajustamentos, tendo em conta alterações internas e externas de factores intervenientes e experiências acumuladas.

No final de cada revisão deve ser elaborado um relatório com recomendações para fundamentar alterações no plano operacional dos anos seguintes, a executar pela direcção do SNCP.



# Considerações Finais

|                  | Efeito positivo           | Efeito negativo       |
|------------------|---------------------------|-----------------------|
| Ambiente interno | <b>S</b><br>Competências  | <b>W</b><br>Fraquezas |
| Ambiente externo | <b>O</b><br>Oportunidades | <b>T</b><br>Ameaças   |







# MUITO OBRIGADO!



[www.compraspublicas.minfin.gov.ao](http://www.compraspublicas.minfin.gov.ao)

[sncp@minfin.gov.ao](mailto:sncp@minfin.gov.ao)



# Q&A and closing





# Read the full MAPS assessment of Angola and the Health sector report on the MAPS website

For more information on MAPS:

[www.mapsinitiative.org](http://www.mapsinitiative.org)

@MAPSSecretariat

MAPS Secretariat

